REGULAMENTO DO FUNDO DE MANEIO

Artigo 1.º

Objeto e enquadramento legal

1. O presente regulamento visa estabelecer o conjunto de regras e procedimentos internos relativos à constituição, utilização, reconstituição e liquidação do fundo de maneiio do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, doravante designado SRAPRE.
2. A possibilidade de criação de fundos de maneiio para o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis encontra-se prevista no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

Artigo 2.º

Definição de fundo de maneiio

1. O fundo de maneiio é um montante de caixa, entregue a determinada pessoa, responsável pelo mesmo, com a finalidade de realização e pagamento imediato de despesas inadiáveis, urgentes, imprevistas ou de pequeno montante.
2. A realização de despesas através do fundo de maneiio é uma medida de exceção, não eximindo os serviços do cumprimento das demais regras de realização de despesas, nem do cumprimento dos princípios da conformidade legal, economia e eficiência da despesa pública.

Artigo 3.º

Montante utilizável

Para efeitos do presente regulamento, e atendendo às especificidades da atividade dos serviços do SRAPRE, consideram-se enquadráveis na utilização do fundo de maneiio as despesas de valor igual ou inferior a € 200 (duzentos euros), com exceção das efetuadas pelo Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas, das referentes a despesas de representação e de adiantamento de ajudas de custo por deslocações em serviço, as quais podem ser de valor superior.

Artigo 4.º

Criação do fundo de maneiio

1. O fundo de maneiio do Gabinete do SRAPRE é criado por despacho do membro do Governo respetivo, que nomeia o responsável pela sua gestão, estabelece o montante anual do mesmo e a rubrica de classificação económica em que é constituído.
2. O montante do fundo de maneiio é atualizado anualmente ou, sempre que se revele necessário, através de despacho do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

Artigo 5.º

Constituição e movimentação do fundo de maneiio

1. A constituição inicial do fundo de maneiio é efetuada pelos serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência, mediante preenchimento pelo responsável do fundo de maneiio do impresso que constitui o Anexo 1 ao presente regulamento.
2. A movimentação do fundo de maneiio é efetuada através de conta bancária em nome de “Fundo de Maneio – Gabinete do SRAPRE, com o montante global definido no despacho da sua constituição.
3. Os elementos do Gabinete do SRAPRE com poderes de movimentação da conta mencionada no número anterior são o Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, Rui Jorge da Silva Leite de Bettencourt, a Chefe do seu Gabinete, Teresa Augusta Carvalho Madruga, e o seu Adjunto, André de Lima Medeiros da Silva Craveiro, sendo necessário para movimentação da conta a assinatura de dois dos titulares.

Artigo 6.º

Utilização do fundo de maneiio

1. Os documentos de despesas pagas por fundo de maneiio são numerados sequencialmente, devendo tal numeração constar da relação de entrega, conforme modelo do Anexo 2.
2. Os documentos de suporte são, obrigatoriamente, faturas/recibos ou faturas acompanhadas do respetivo recibo cumprindo todos os requisitos legais, nomeadamente, o nome e o número de contribuinte do fornecedor e do SRAPPRE.
3. Não são aceites talões de caixa, talões de balcão ou outros com designações semelhantes, por não satisfazerem os requisitos legais.
4. Os documentos de despesa são devidamente assinados no verso pelo responsável pela respetiva autorização de despesa de fundo de maneiio.

5. As despesas efetuadas através do fundo de maneiio são acompanhadas de nota justificativa sumária, de acordo com o modelo do Anexo 3.
6. Os pagamentos a efetuar através do fundo de maneiio são autorizados, caso a caso, por quem tem competência própria ou delegada para autorizar a respetiva despesa.
7. O fundo de maneiio abrangido pelo presente Regulamento só é, em regra, utilizado na realização de despesas com aquisição de bens e serviços, enquadráveis nas seguintes classificações económicas:
 - a) 02.01.02- combustíveis e lubrificantes;
 - b) 02.01.04 – Limpeza e higiene;
 - c) 02.01.07 – Vestuário e artigos pessoais;
 - d) 02.01.08 - Material de escritório;
 - e) 02.01.09 – Produtos químicos e farmacêuticos;
 - f) 02.01.11- Material de consumo clinico;
 - g) 02.01.14 – Outro material – Peças;
 - h) 02.01.15 – Prémios condecorações e ofertas;
 - i) 02.01,17 - Ferramentas e utensílios;
 - j) 02.01.19 - Artigos honoríficos e decoração;
 - k) 02.01.21 - Outros bens;
 - l) 02.02.02 – Limpeza e higiene;
 - m) 02.02.03 – Conservação de bens;
 - n) 02.02.09 – Comunicações;
 - o) 02.02.10 – Transportes;
 - p) 02.02.11 - Representação dos serviços;
 - q) 02.02.13 – Deslocações e estadas;
 - r) 02.02.19- Assistência técnica;
 - s) 02.02.20 – Outros trabalhos especializados;
 - t) 02.02.25 - Outros serviços.

8. Quando solicitado pelo trabalhador, as ajudas de custo (nacionais e no estrangeiro) podem ser adiantadas pelo fundo de maneiio, devendo as mesmas ser repostas logo que sejam abonadas no respetivo vencimento. As mesmas só poderão ser adiantadas até dia 30 de setembro do ano em curso.
9. Em casos absolutamente excepcionais, e mediante autorização prévia do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, o fundo de maneiio é utilizado para o pagamento de despesas enquadráveis noutras rubricas de classificação económica não elencadas no número anterior.
10. É vedada a aquisição de bens de capital por conta do fundo de maneiio.

Artigo 7.º

Reposição e prestação de contas

1. A reconstituição mensal processa-se segundo as seguintes regras:
 - a) Com exceção do que respeita ao mês de dezembro, o responsável pelo fundo de maneiio entrega nos serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência, até ao dia 15 do mês seguinte, os documentos de suporte das despesas efetuadas por conta do fundo de maneiio, numerados sequencialmente, e acompanhados de relação conforme modelo do Anexo 2, bem como de pedido de reconstituição do fundo que, igualmente, se efetuará através do modelo do Anexo 1.
 - b) Os serviços administrativos procedem, mensalmente, à reconstituição do fundo de maneiio tendo por suporte os documentos relativos às despesas efetuadas e apresentadas pelo responsável.
 - c) Com a reposição mensal do fundo de maneiio, os serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência devolvem, ao responsável, cópia da relação de despesa averbada do recebimento.
2. A reconstituição no final do ano processa-se segundo as seguintes regras:
 - a) A apresentação da execução relativa ao mês de dezembro deverá efetuar-se até ao dia 10 de dezembro, devendo o responsável entregar nos serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência os documentos de suporte das despesas efetuadas, acompanhadas do Anexo 2, bem como das importâncias não utilizadas.
 - b) Até ao limite do prazo estipulado pelo diploma regional de execução orçamental, os serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência procedem à liquidação do fundo de maneiio, efetuando a reposição dos saldos existentes, de acordo com a documentação entregue pelo responsável pela gestão.

Artigo 8.º

Pagamentos

Os pagamentos por conta do fundo de maneiio podem ser efetuados por numerário, cheque ou transferência bancária.

Artigo 9.º

Procedimentos contabilísticos

1. Para efeitos de cabimentação de verba e registo de compromissos, a constituição inicial é classificada pela rubrica residual 06.02.03 – Outras despesas correntes.
2. Com a prestação de contas mensais, os serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência efetuam o processamento das respetivas despesas pelo item financeiro correspondente à sua natureza.
3. Os documentos relativos aos movimentos anuais do fundo de maneiio constituem um único processo, que instrui o processo de contas do exercício e que se manterá em arquivo nos serviços administrativos da Secretaria-Geral da Presidência com os demais documentos.

Artigo 10.º

Responsabilidade financeira

Sem prejuízo da existência de responsabilidade disciplinar, civil ou penal, quando aplicável, os responsáveis pela gestão do fundo de maneiio respondem financeiramente nas situações de violação das normas constantes do presente regulamento.